

Revolução de 1930: uma bibliografia comentada*

Lúcia Lippi Oliveira,**

A Revolução de 30 tem sido constantemente revisitada pelos analistas da política brasileira. Seja para enfatizar a transformação ocorrida na sociedade e no Estado brasileiros após a ascensão ao poder do novo grupo político, seja para descaracterizar a ruptura tradicionalmente apontada após 1930, o tema sempre volta à ordem do dia.

Nós, nesta resenha bibliográfica, tornamos aos textos da época, para apresentar a Revolução tal como foi vista por seus contemporâneos.

Para compor a presente resenha bibliográfica, procedemos à seleção de algumas obras que nos permitissem abordar os principais temas do debate intelectual da época. Daremos destaque, em primeiro lugar, às interpretações que valorizam os principais atores da luta política. Os aliancistas e os revolucionários, os Estados, os militares e tenentes formam o quadro dos prin-

* Resenha publicada no BIB n. 4, em 1978.

Esta resenha bibliográfica foi organizada tomando por base o trabalho dos pesquisadores Celina Whately e Eduardo R. Gomes, do Projeto Brasiliana, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Em sua versão original, o trabalho compreende cerca de 140 títulos, cobrindo a maior parte dos livros referentes ao tema *editados* entre 1929 e 1936. Esta Bibliografia, incluindo uma resenha de cada obra, será editada em livro em 1979.

** Lúcia Lippi Oliveira é pesquisadora do "Projeto Brasiliana", do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

principais componentes da luta política. Agregamos às interpretações sobre estes atores, as análises elaboradas pelas “esquerdas”, visando completar a visão da época sobre os contendores que participaram da Aliança Liberal e da Revolução.

Abordaremos, numa segunda parte, as principais propostas de reorganização do Estado e da sociedade brasileira. Os partidos e a Constituinte aparecem como o caminho a ser trilhado principalmente pelos autores que se colocam como defensores de um sistema “liberal” e crêem ser possível corrigir a representação política. Surge, muitas vezes, em contraposição a este ideário, o tema da representação corporativa defendendo a reestruturação da vida política nacional através do sindicalismo. Complementam tais propostas as sugestões referentes ao problema agrário.

Vale notar que a maioria dos autores mencionados aqui não aborda um só tema. É rara a obra que examina um assunto separado dos demais; uma visão global fornece parâmetros ao mesmo tempo que congrega as análises do corporativismo, da questão agrária, da participação política dos tenentes, ou mesmo do projeto constitucional. Esta estrutura parece indicar um tipo de produção, com os “vícios” ou as “qualidades” características desta geração de intelectuais.

Por outro lado, os temas tratados por estes autores apresentam diferentes graus de abstração. Encontramos meros relatos de eventos ocorridos durante a Revolução, descrição de acontecimentos a partir de uma perspectiva da conjuntura brasileira e ensaios mais abrangentes onde se insere o momento político de 30.

Dentre as várias modalidades de análise sobre a Revolução, encontram-se os textos que se preocupam em relacionar 30 com determinada série de eventos da História política brasileira. Para alguns, a Revolução de 30 representava a etapa final dos episódios da Campanha Civilista e da Reação Republicana (Sodré, s.d.), significando, assim, um movimento de características marcadamente civis. A ação política dos tenentes, após a vitória revolucionária, é percebida como uma interferência espúria, que leva à ditadura, à atuação arbitrária do Governo Provisório (Amado, 1931; Barata, 1932).

Para outros — e, entre estes, figuraria Juarez Távora, citado por Tinoco (1931) — 30 se relaciona aos movimentos de 1922 e 1924. Apreendem a Revolução como uma continuidade das ações militares dos jovens oficiais (Martins, 1932; Carvalho, 1931), sobressaindo, nesta linha interpretativa, as críti-

cas à aliança dos tenentes com os políticos e à permanência destes nos governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul principalmente.

A preocupação em recuperar os antecedentes históricos da Revolução, embora apareça em muitos textos, não é predominante. O momento político parece estar oferecendo tantas alternativas ao debate e à luta política, que os autores se voltam para a apresentação de propostas políticas — discutem *o que fazer* muito mais do que analisam a crise que gerou e tornou possível a vitória revolucionária.

Uma interpretação mais abrangente, buscando compreender o momento de 30 à luz não só de nossa História como também da crise mundial, é levantada pelos “ensaístas”, cujas obras deixam entrever uma visão do mundo, da história e do homem (com seus instintos, suas paixões). Em seus “ensaios”, tais autores revelam sua cosmovisão e, dentro desta, sua interpretação do movimento revolucionário; porém, mesmo aqui, aparece a proposta concreta, pragmática, referida ao momento político.

A Aliança Liberal e a Revolução de 30

O caráter civilista ou não da Revolução, o questionamento do regionalismo como critério de poder político aparecem como as principais questões nos textos referentes a este tema. A composição da Aliança Liberal, marcada pela heterogeneidade, levando a uma acirrada luta política após a vitória revolucionária, merece também destaque na literatura da época.

Os autores que justificam a campanha da Aliança Liberal e a Revolução centram seu discurso na crítica ao sistema político da República Velha, à hipertrofia do poder Executivo, à fraude eleitoral e ao esquema da escolha de candidatos. A idéia de corrigir o sistema político, para que o mesmo volte às suas origens através da reforma do sistema eleitoral, aparece como o melhor caminho aos aliancistas, que se autodefinem como liberais (Fontoura, 1932). Assim, Vargas (Aliança Liberal, 1930) refere-se à Aliança Liberal como a tentativa de renovar os costumes políticos e restaurar as “práticas da democracia”.

O sistema eleitoral e o problema sucessório são apresentados como pontos vulneráveis na política da época. A forma de encaminhamento do nome de Júlio Prestes pelo presidente Washington Luís provoca comentários negativos de todos os que justificam a candidatura oposicionista (Brasil, 1929; Fontoura, 1932; Franco, 1931).

Encontra-se a mesma temática nos que vão criticar a Aliança Liberal. Para estes, a Aliança seria composta por liberais de ocasião, os mesmos homens que apoiaram o Governo Bernardes (Amaral, 1930; Lima, 1936), e a sua plataforma não se diferenciaria significativamente em relação à do candidato oficial (Moreira, 1930). A posição de Washington Luís e o direito de escolher seu sucessor, aqui, não surgem como imposição absurda. Concebe-se o Estado de São Paulo como portador de um direito à hegemonia política, tendo em vista o seu alto "grau de civilização" (Coaracy, 1931). Para Coaracy, a dominância paulista e a Política dos Governadores resultaram espontânea e naturalmente da evolução diferenciada das unidades da Federação.

A Aliança é apresentada pelos seus defensores como um movimento civil, baseado na coligação de três estados liberais sem, contudo, ter conotações regionalistas.

O caráter civilista da Revolução é também acentuado por Sodré (s.d.), sugerindo modificações que permitiriam o reajuste do regime republicano e da Constituição de 1891. Tanto para este autor como para Pessoa (1965),¹ os problemas só surgiram após a vitória, e os tenentes são os responsáveis pelos desvios da plataforma liberal. Após 30, o debate político não se abre; ao contrário, passa a se dar "em clubes e legiões fechadas", acarretando grave perturbação na ordem política (Sodré, s.d.; Pessoa, 1965).

Uma das melhores análises do quadro político da República, da Aliança e da Revolução é, fora de dúvida, a obra de Barbosa Lima Sobrinho (1933).² O texto relata as marchas e contramarchas da Aliança e da preparação do movimento revolucionário. Fornece, o Autor, o quadro das condições políticas e econômicas que tornaria possível a eclosão e a vitória revolucionária.

O tema inicial da crítica de Barbosa Lima à política nacional refere-se à ausência de princípios. À plataforma situacionista, sem feição, a oposição responderia com programas insinceros e pouco definidos. Neste quadro, "o prélio político de 1929 não teve outros motivos senão a natureza absolutamente pessoal" (Lima Sobrinho, 1933: 62). O conflito entre Antônio

1. Este texto, embora publicado em 1965, contém entrevistas de Epitácio Pessoa, concedidas à imprensa logo após a Revolução de 30.

2. *A verdade sobre a Revolução de Outubro* foi reeditado em 1975 pela Alfa-Ômega.

Carlos e Washington Luís, e não um programa, abriu espaço para a candidatura Vargas. Os aliancistas, que se intitulam liberais, seriam oriundos do mesmo campo reacionário.

A crise do café teve, para este Autor, importância muito grande na campanha presidencial. Reforma financeira e valorização do café eram políticas incompatíveis; Washington Luís insistiu em manter seu plano financeiro, o que o levou a abandonar o mercado do café. Para Barbosa Lima, “a exaltação contra o governo daria à lavoura cafeeira o desejo de alistar-se nas fileiras do oposicionismo fosse ele qual fosse” (Lima Sobrinho, 1933: 76). A passagem para as fileiras oposicionistas não seria uma atitude a favor da Aliança Liberal mas contra o governo. Barbosa Lima destaca, ainda, dentre um conjunto de causas da Revolução de 30, o sentimento regionalista. O desequilíbrio entre os Estados, a força excessiva de alguns ameaçando absorver os pequenos reforçaria a luta regional e constitui fator explicativo da crise e da vitória revolucionária.

Em outro nível de análise, temos o relato do dia-a-dia da conspiração (Franco, 1931), onde a Revolução aparece como “uma conquista arduamente feita (...) por meia dúzia de homens, que não desanimaram nunca”, apesar das tentativas de recuo das lideranças políticas aliancistas (Franco, 1931: 319).

A Revolução e os Estados

Os Estados aparecem como atores políticos relevantes compondo o quadro das forças de situação e de oposição. São as oligarquias estaduais se posicionando a favor da Revolução ou contra ela, e/ou discutindo os antecedentes e as repercussões do movimento revolucionário nas situações estaduais.

Vale notar que não encontramos textos da época discutindo a situação interna ou a influência da Revolução no Rio Grande do Sul. Salvo em Barbosa Lima Sobrinho (1933), onde aparece um quadro da política rio-grandense antes de 30, a maioria dos autores/atores gaúchos estão mencionando os problemas da política nacional, posicionando-se como elites nacionais e não como oligarquias estaduais.

No plano dos Estados, Minas, São Paulo e a Paraíba recebem atenção especial de nossos autores. Se, no caso da Paraíba, prevalecem as questões referentes à política interna do Estado, o mesmo não ocorre para São Paulo e Minas Gerais.

Quanto a Minas, são analisadas a preparação da Aliança; as repercussões da cisão do Partido Republicano Mineiro; a de-

fesa da participação de Minas na preparação revolucionária; a adesão de Artur Bernardes; a tradição mineira contra a imposição de candidaturas e a justificativa de Minas por não aderir à Revolução Constitucionalista de 32 (Casas-santa, 1932; Concentração Conservadora, 1930; Mucelli, 1930; Pavão, 1931).

A morte de João Pessoa, as questões referidas à política interna da Paraíba, a posição do governo estadual após o assassinato de João Pessoa e o famoso episódio de Princesa são os principais itens abordados nos livros que discutem a política paraibana da época (Caldas, 1934; Carvalho, 1932; Vidal, 1933).

Em relação a São Paulo, temos uma questão central: o movimento de 30 é visto como uma guerra contra São Paulo. A marginalização do Partido Democrático pós-revolução e a crítica contra a interventoria João Alberto são as questões mais freqüentes. Em relação aos políticos do Partido Democrático, verifica-se, todavia, uma divisão: uns são a favor da adesão de São Paulo ao Governo Provisório, embora exigindo um governo civil e paulista (Costa, 1933); outros são contra por acharem que existe uma ação contra a política e os políticos paulistas (Jardim, 1932; Marques e Oliveira, 1933; Vampré, 1932). Para Vampré, a República Nova visa enfraquecer São Paulo e a "sustentar o sonho de hegemonia política rio-grandense". A análise do caso paulista vai reaparecer com vigor nos autores que se detêm na política tenentista, citados adiante.

Tenentismo e militares

A influência dos tenentes na vida governamental após 30 e a participação, ou não, do Exército na política são questões que recebem destaque especial na literatura da época.

Quanto ao tenentismo, vemos como as repercussões da Revolução nos Estados do Nordeste e em São Paulo estão associadas à análise da atuação dos tenentes no Governo Provisório. A crítica à participação dos tenentes é freqüente nos textos. O tenentismo é criticado pela ação do interventor Lima Cavalcanti em Pernambuco (Fernandes, 1934) e pela atuação em Sergipe (Freire, 1933). Freire acusa os militares revolucionários de contribuírem para o desvirtuamento dos propósitos da Revolução. Os tenentes são atacados principalmente em dois pontos: o primeiro refere-se ao afastamento dos políticos que marcharam com a Revolução; o segundo, decorrente do anterior, aponta os resultados negativos de se improvisarem militares em administradores e homens públicos. A crise militar pós-revolu-

cionária demandaria a volta à hierarquia e à disciplina, seriamente ameaçadas pela ação dos tenentes, que prescreveram homens públicos e marginalizaram políticos que tinham marchado junto com os militares no momento revolucionário (Fontoura, 1933). A ditadura dos tenentes significaria a completa subversão da ordem militar (Soares, 1935).

A participação dos militares na política é vista de diferentes formas. Alguns se posicionam contra a participação, defendendo os militares que se mantiveram ao lado da legalidade. Para Almeida (1934), o militar é portador de uma honra específica e vive em um mundo antípoda ao dos políticos; isto o levaria, entre outras coisas, a ser facilmente ludibriado pelos políticos. Para Queirós (1937), por exemplo, a profissão de militar é um “sacerdócio cívico”. A atividade dos militares deve exercer-se exclusivamente “nos quartéis e campos de manobras”. O perigo da indisciplina militar também é assinalado por Moura (1937).

A defesa da participação dos militares na vida política não vem sempre associada à aceitação da atuação dos tenentes após a Revolução. Para Holanda (1931), coube ao Exército a consolidação da obra que realizara em 1889, já que sem a sua interferência a República cairia na “politicalha”; entretanto, após a vitória, seria oportuno o retorno aos quartéis. Outros, defendem a participação militar na vida política, não só nos momentos de crise, mas com uma ação decisiva e contínua, por ser o Exército a única força organizada do país (Carvalho, 1931). Góis Monteiro (1934) aparece como porta-voz privilegiado desta posição. Para este Autor, a grande questão do Governo Provisório é organizar e estruturar as Forças Armadas, pois seriam elas que garantiriam a segurança do próprio Governo Provisório, a consolidação da unidade nacional e a execução do programa revolucionário. Caberia ao Exército e à Marinha apoiar governos fortes. O Estado deve “ter poder para intervir e regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação, criando órgãos e aparelhos próprios para tal” (Monteiro, 1934: 183).

As esquerdas e a Revolução de 30

A questão de apreender o sentido do movimento revolucionário, saber se significou uma Revolução *política* ou *social*, aparece predominantemente na literatura dos autores de “esquerda”. Em alguns (Lacerda, 1931), a Revolução de 30 é vista como etapa inicial da verdadeira revolução social, que ainda viria a acontecer, justificando, assim, a sua composição

com os grupos políticos que articulam o movimento de outubro. Para outros (Lima, A., 1931), que condenam qualquer adesão, o grupo de políticos que preparou a Revolução, e principalmente sua liderança — Vargas e Antônio Carlos —, representa nada mais que a própria oligarquia contra quem lutam. Assim, censuram os tenentes por sua adesão a homens como Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, justamente os que perseguiram os revoltosos de 22 e 24.

Em outro nível de análise, encontra-se a interpretação de Augusto Machado (1934), pseudônimo de Leôncio Basbaum, que vê 30 como a luta entre o capital inglês e o americano, sendo o primeiro representado pelos cafeicultores e o último pelos estancieiros ligados a empresas americanas de industrialização de carnes. Assim a luta que se trava em 30 nada tem a ver com os interesses do proletariado.

Outro item em discussão é o desligamento de Luiz Carlos Prestes da Aliança Liberal. Varia o julgamento de cada setor sobre a atitude do ex-chefe da Coluna. Há os que, como Miguel Costa Filho (1931), defendem o rompimento de Prestes, reconhecendo esta atitude como correta. Tais autores criticam a composição dos “revolucionários de julho” com os aliancistas e, conseqüentemente, a atuação do Governo Provisório. Prestes é tido por eles como o único indivíduo capaz de dirigir o país, uma vez que só ele reúne conhecimento da realidade brasileira e qualidade de chefe. Num ponto apenas o condenam: sua adesão ao comunismo. Já os que justificam a adesão dos “revolucionários de julho” à Aliança Liberal, como Lacerda (1931), consideram que Prestes não teve visão do momento político, ao romper com a Aliança Liberal.

Os temas até aqui mencionados procuram traçar um quadro do debate político da época. Esta literatura se ocupa em analisar os erros da República Velha e assinalar os descaminhos da Revolução. Os temas de que trataremos a seguir abordam as perspectivas para a construção da sociedade e do Estado.

Esta literatura, podemos dizer, toma a Revolução como um dado; a grande questão é definir as bases da reorganização nacional; como construir um novo Estado — é o que todos indagam.

As grandes propostas são encontradas nos textos que denominamos de “ensaios”. As análises sobre a crise mundial do liberalismo, a questão social, a necessidade de elaboração de

novas formas de representação, o sindicalismo e as teses corporativistas são discutidas, tendo-se em vista criar no Brasil as novas condições necessárias à reorganização nacional.

Propostas para reorganização do Estado Nacional

Os autores que se ocupam em sugerir mudanças para a vida política brasileira partem de uma análise da Revolução e do Governo Provisório inseridos em uma crise. Para Franco (1933), seria a crise do espírito; para Almeida (1932) e Amaraal (1935), a crise é fundamentalmente econômica; grande parte dos autores, entretanto, acentua a crise política (Rodrigues, 1933; Pati, 1931; Belo, 1936), seja pela falha dos homens, da Constituição de 1891, ou do sistema presidencial.

A Constituição de 1891, consideram alguns autores (Rodrigues, 1933; Viana, 1930), não permitiu que se criasse uma verdadeira nação. A autonomia dos Estados e o sistema eleitoral então vigente impediam que o poder central, fortalecendo-se, representasse os interesses nacionais. As razões deste impedimento vão ser explicadas por diferentes caminhos: o mimetismo das elites culturais e políticas em relação a esquemas europeus e/ou norte-americanos; o desconhecimento do "país real", levando à formulação de leis sem possibilidade de eficácia; a importação de modelos políticos; e também a concepção rousseauniana do homem, considerado como "bom". As instituições políticas não se adaptam ao país; as reformas falham diante do homem brasileiro. Este é que precisa ser reformulado (Faria, 1933); a Revolução de 30 tinha seu germe na Constituição de 1891, cuja característica liberal supunha o homem como "bom".

Partidos e Constituinte

Para alguns autores, que centram sua análise na crise política, a inviabilidade do Governo Provisório estaria relacionada à ausência de verdadeiros partidos políticos. Sem partidos que tenham programas definidos, e principalmente sem "representação" (Amado, 1931), não se conseguirá encaminhar as "propostas amplas e pouco claras" da Aliança Liberal. Há necessidade de um debate amplo para se chegar a um consenso intra-elites; daí ser importante, para o encaminhamento da vida política, a questão da Constituinte — só uma nova Constituição garantiria estabilidade ao novo sistema (Cabanas, 1932).

A questão das elites é tratada em correlação com o problema anterior. A necessidade de entregar o país aos mais cultos, aos "homens bons", à elite intelectual (Franco, 1933),

aparece juntamente com uma crítica a estas mesmas elites. O divórcio entre as elites dirigentes e a massa é percebido como fruto da cultura artificial (Coaracy, 1930). Considera-se o Brasil um país sem estadistas (Martins, 1932), e tal afirmação seria comprovada pelo reduzido número de pessoas e pela composição de suas elites. Sem elites, sem educação, as massas continuarão à mercê dos “coronéis”, das oligarquias dos Estados, e assim a reforma constitucional e a nova lei eleitoral não resolveriam o problema. O voto secreto, no Brasil, é inútil, porque aqui não há opinião pública consciente (Vale, 1933).

A educação aparece, então, como a via salvadora. Através dela poder-se-ia criar cidadãos, estes sim, capazes de exercer o voto consciente, escolher os mais capazes, fazer funcionar a verdadeira democracia (Serva, 1930, 1931; Pati, 1931). A organização de campanhas de alfabetização e a uniformização do ensino são vistas, também, como formas de se alcançar a unidade nacional (Souza Filho, 1931).

Novas formas para o Estado

A tônica principal dos autores que propõem nova forma de organização política refere-se à crise do mundo moderno. Crise do Estado Liberal, crise da democracia liberal, falência do Estado burguês aparecem como questão primeira em Viana (1930), Amaral (1935), Magalhães (1933), Melo (1932), Santa Rosa (1932), Rodrigues (1933) e Picchia (1935).

A falência do Estado Liberal refletiria (Magalhães, 1933) a substituição do individualismo pelo corporativismo. A burguesia vem solicitando atuação mais eficaz do Estado diante da crise econômica, e as massas exigem assistência e previdência social. A nação não pode mais ser vista como um agrupamento de indivíduos, mas como uma vasta corporação, estruturada no interesse das classes. O Estado não pode estar ausente, deve intervir para coordenar e equilibrar todos os fatos que operem modificações na vida coletiva. O novo Estado deve ser capaz de estabelecer o equilíbrio indispensável à ordem social (Magalhães, 1933); deve ser o árbitro, garantindo a colaboração de todas as classes (Santa Rosa, 1932).

Diante da crise do liberalismo, aceita por grande parte dos “ensaístas”, afloram diferentes questões. Para alguns, o problema é o de como conciliar a questão democrática com a questão social (Rodrigues, 1933). Somente a organização e a representação por classes e profissões permitiria isto. Para tal, entretanto, a primeira questão é a de organizar as profissões; não é possível pensar na representação classista se não há organização profissional. Para F. C. Rodrigues (1933) somente os católicos vêm

se ocupando desta tarefa, através da organização dos sindicatos católicos operários.

O sindicato, fenômeno característico do mundo moderno, é visto como elemento principal do poder público. Para salvar a democracia, é necessário “desenvolver a sindicalização, processando a coordenação das massas, por meio dos grupos profissionais, com atividades e funções específicas, funções técnicas e não política” (Magalhães, 1933: 146-147).

Temos aí um grande divisor de águas. Para autores como Magalhães (1933) e Belo (1936b), a representação política deve ser mantida ao lado da organização profissional, esta estruturada sob a forma de conselhos que exerçam funções técnicas, de assessoria. Para outros, a crise da democracia burguesa mostra como o Parlamento e o sufrágio universal são instituições falidas e a representação classista aparece como única forma de “representação” (Santa Rosa, 1932).

O sindicato, esta nova força política, pode-se transformar em núcleo de desagregação e luta contra o poder. Daí ser necessário que o Estado ordene os grupos profissionais, transformando-os em meios de governo (Magalhães, 1933). Isto foi feito pelo Estado brasileiro após 1930. Ele como que antecede às exigências de assistência e previdência social das massas. O espírito de conciliação entre patrões e empregados aparece como traço característico da legislação social do novo governo (Belo, 1936b). Pela primeira vez a questão social, consequência lógica do desenvolvimento industrial, não vem sendo tratada como “caso de polícia” (Palha, 1933). Temos aqui o núcleo central da tão criticada “ideologia da outorga”.

Dentro da chamada “questão social”, encontramos os autores que vão acentuar o problema das populações rurais (Palha, 1933). Esta questão teria dois aspectos. O primeiro, proletário, seria de mais fácil resolução, já que envolveria apenas a regularização salarial, horas de trabalho, férias etc. A questão social teria seu aspecto mais grave na questão camponesa, que exigiria a distribuição de terras, sem a espoliação dos atuais proprietários (Lima, L.M., 1931). Isto nos leva à questão do campo na literatura da década de 30.

O problema do campo na literatura da década de 30

Diante da necessidade colocada de reorganização econômica do país após a Revolução de 30, no sentido de uma ativação da economia e aumento da produção, os autores consultados, embora mantenham-se, via de regra, fiéis à “via agrá-

ria” como solução, localizam no latifúndio o maior obstáculo a ser atacado. Temos um caso limite de defesa do latifúndio: “Tomara que ainda por longuíssimos anos haja latifundiários, esses beneméritos que têm levado o progresso ao sertão”, feita por Alcindo Sodré (s.d.: 145). Mas esta não parece ser a tônica da época. No entanto, se o latifúndio é atacado no sentido de que produz pouco, deixa terras inaproveitadas, desperdiça mão-de-obra pois a expelle para as cidades, seus críticos não chegam em nenhum momento a sugerir sua extinção, mas sim sua reorganização, sob várias formas que lhe possibilitem produzir melhor. Em resumo, sua “modernização”. A estrutura de propriedade da terra é vista como intocável. Mesmo Martins de Almeida (1932), que chega a uma proposta de reforma agrária, sugere que esta seria uma reforma gradual, não extensiva ao país como um todo: “Dentro das condições atuais do nosso regime, a situação brasileira não comporta uma luta positiva contra a grande propriedade senão em certas regiões. O que, em todo caso, é indispensável reformar com urgência são as próprias relações internas dos imensos domínios (...) Precisamos preparar o Brasil para um novo processo de produção, para uma melhor organização da riqueza” (Almeida, 1932: 84).

O retalhamento do latifúndio e a organização de pequenas propriedades não são colocados em pauta senão como programa futuro. Virgínio Santa Rosa (1932), que chega a falar em expropriação do latifúndio quando não cultivado, deixa claro que essa expropriação seria feita mediante indenização. As terras expropriadas pelo Estado poderiam, então, ser usadas para implantar colônias com base na pequena propriedade.

Na maior parte das vezes em que se fala na pequena propriedade, ela vem associada a projetos de colonização, interiorização, ou seja, como ocupação de “espaços vazios”. Note-se que, em 1938, Getúlio anunciaria uma “marcha para o oeste” e, em 1940, o livro de Cassiano Ricardo, com o mesmo nome, *Marcha para o Oeste*, teria um grande público.

Vendo como prioritária a “modernização” do latifúndio, alguns autores sugerem que isso seria como uma pré-condição para o desenvolvimento da pequena propriedade. “A permanência do latifúndio se explica pela ausência de investimento no campo” (Amaral, 1933). Segundo este Autor, se aplicado capital no campo (transporte, maquinaria etc.), o lavrador poderia prescindir do latifúndio e fazer explorações em pequenas propriedades. O problema da agricultura estaria ligado à falta de organização da Lavoura como grupo capaz de pressionar no sentido de obter atenção do Estado.

Como “modernização” entendem estes autores desde a qualificação da mão-de-obra através do ensino técnico, única forma apontada por Mário Pinto Serva (1931) para aumentar a produção, até a introdução de máquinas e o aumento da rede de transportes. No entanto, essas medidas exigiriam grandes capitais, não estando, portanto, ao alcance do lavrador arcar com elas. Daí o apelo ao Estado, seguido de diferentes “projetos de interiorização”.

Félix Contreiras Rodrigues (1933) propõe a colocação dos desempregados das cidades no Exército que os empregaria na construção de estradas no interior; já aqueles que estivessem prestando serviço militar de um ano trabalhariam nas grandes propriedades, constituindo, assim, uma “folga para os industriais” (no sentido de agricultor). Os grandes proprietários pagariam ao Exército um baixo salário por essa mão-de-obra, que o Exército se encarregaria de alimentar e vestir. O trabalho seria colocado a serviço da formação do capital particular.

Já Xavier de Oliveira (1932) sugere a formação de colônias mistas, de soldados e agricultores, cabendo ao Exército “a educação do povo do interior”.

Para outros, no entanto, como Mário Pinto Serva, é o capital privado que deve estar à frente da interiorização, já que toda empresa dirigida pelo Estado é deficitária. Essa é, aliás, uma crítica corrente na época.

Reclamando que os benefícios e atenções do governo devem voltar-se unicamente para o campo, dada a “vocaçãõ agrícola” do país, ressurgem também a crítica ao protecionismo dispensado às “indústrias artificiais” que equivaleriam à “mentalidade exótica do litoral”, Luís Amaral (1933) declara, inclusive, que a industrialização não é a única via de desenvolvimento econômico.

Na crítica à “indústria artificial”, juntam-se “agraristas” e importadores, com os mesmos argumentos. Nessas indústrias, desde a matéria-prima, as máquinas, até o dono, tudo é estrangeiro. Apenas o consumidor é nacional e este é obrigado a pagar um alto preço por um produto de má qualidade (Bittencourt, 1931). As indústrias “naturais” são aceitas, e alguns autores chegam a insistir na validade da indústria de base, tipo siderúrgica.

Simonsen (1930), no entanto, coloca o ataque ao protecionismo como um falso problema. Não são as indústrias artificiais as responsáveis pelo alto custo de vida, diz ele, mas o po-

der aquisitivo do consumidor que é baixo — “seu ganho é insuficiente porque o índice de produção é baixo”. A solução por ele prevista seria aumentar a renda média através da eficiência do trabalho e não o rebaixamento das tarifas alfandegárias.

Para outro autor, Martins de Almeida (1932), finalmente, o descompasso entre a demanda e a produção nacional deriva do fato de que a primeira é orientada por padrões de consumo estrangeiros, ou seja, em desacordo com a realidade produtiva do país. A produção nacional é incapaz de atender a esse tipo de demanda.

Para compor esta Bibliografia, optamos por relacionar os grandes temas do debate intelectual dos anos 30, presentes nas obras diretamente relacionadas à análise da Revolução. Outros enfoques podem e devem ser desenvolvidos, tomando por base estes textos. Pareceu-nos ser esta, entretanto, a melhor abordagem, tendo em vista os objetivos de uma resenha bibliográfica. Daremos continuidade a este trabalho em pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo “Projeto Brasileira” do CPDOC.

Bibliografia

- ALIANÇA LIBERAL. *Documentos da Campanha Presidencial*. Rio de Janeiro, Alba, 1930.
- ALMEIDA, Gil de. *Homens e fatos de uma revolução*. Rio de Janeiro, Calvino, 1934.
- ALMEIDA, Martins de. *Brasil errado*. Rio de Janeiro, Schmidt, 1932.
- AMADO, Gilberto. *Eleição e representação*. Rio de Janeiro, Of. Ind. Gráfica, 1931.
- AMARAL, Antonio José Azevedo. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.
- AMARAL, Luís. *A cruz de ouro: monografia sobre o momento econômico, social e político...* Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1933.
- AMARAL, Rubens do. *A campanha liberal*. São Paulo, Soc. Imprensa Paulista, 1930.
- BARATA, Hamilton. *O assalto de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932.
- BELO, José Maria. *Panorama do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936a.
- . *A questão social e a solução brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936b.
- BITTENCOURT, Antonio de Melo. *Os postulados da revolução: erros do regime deposto e deveres da Nova República*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1931.
- BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *Atitude do partido democrático nacional na crise de renovação presidencial para 1930-34*. Porto Alegre, Globo, 1929.
- CABANAS, João. *Os fariseus da revolução*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932.

- CALDAS, Joaquim Moreira. *Por que João Dantas assassinou João Pessoa: o depoimento do "Glória" e a tragédia da Penitenciária de Recife*. Rio de Janeiro, Mendes Júnior, 1934.
- CARVALHO, Afonso de. *1.ª bateria fogo!: o movimento pacificador. O golpe de vista da Revolução de 1930*. 3.ª ed. ilustrada e aumentada da correspondência secreta telegráfica do Estado Maior revolucionário em 24 de outubro de 1930. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1931.
- CARVALHO, Alvaro de. *Nas vésperas da Revolução: 70 dias na presidência do Estado da Paraíba de 26 de julho a 4 de outubro de 1930*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1932.
- CASASSANTA, Mário. *As razões de Minas*. Prefácio de Gustavo Capanema. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1932.
- COARACY, Vivaldo. *Problemas Nacionais*. Pref. de Plínio Barreto. São Paulo, Sociedade Imprensa Paulista, 1930.
- COARACY, Vivaldo. *O caso de S. Paulo*. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1931.
- CONCENTRAÇÃO CONSERVADORA DE MINAS GERAIS. *A ação do Dr. Carvalho Brito na atual campanha da sucessão presidencial da República*. Rio de Janeiro, Alba, 1930.
- COSTA, José Augusto. *Criminosos de duas revoluções: 1930/32 — era revolucionária*. 2.ª ed. São Paulo, Mundo, 1933.
- COSTA FILHO, Miguel. *Os farsantes da revolução*. Rio de Janeiro, Alba, 1931.
- FARIA, Otávio de. *Maquiavel e o Brasil*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.
- FERNANDES, Aníbal Gonçalves. *Pernambuco no tempo do "vice-rei"... coisas e fatos do governo revolucionário de Pernambuco a partir de 6 de outubro de 1930*. Rio de Janeiro, Schmidt, 1934.
- FONTOURA, João Neves da. *A jornada liberal: discursos parlamentares e extraparlamentares*. Pref. de Antônio Carlos, Porto Alegre, Globo, 1932.
- _____. *Acuso!* São Paulo, s. ed., 1933.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Introdução à realidade brasileira*. Rio de Janeiro, Schmidt, 1933.
- FRANCO, Virgílio Alvim de Melo. *Outubro, 1930*. Prefácio de Osvaldo Aranha. Rio de Janeiro, Schmidt, 1931.
- FREIRE, Humberto. *O carnaval de outubro: a revolução nos estudos*. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1933.
- HOLANDA, Mário d'Alva Mendes de. *Epopéia do norte: histórico do levante de 4 de outubro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1931.
- JARDIM, Renato. *A aventura de outubro e a invasão de S. Paulo*. São Paulo, Sociedade Imprensa Paulista, 1932.
- LACERDA, Maurício de. *Segunda república*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1931.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Indicações políticas da revolução à constituição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936.
- LIMA, Azevedo. *Da caserna ao cárcere*. Rio de Janeiro, S. Benedicto, 1931.
- LIMA, Lourenço Moreira. *Marchas e combates: a coluna invicta e a revolução de outubro*. Porto Alegre, Globo, 1931.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro*. São Paulo, Unitas, 1933.
- MACHADO, Augusto. *A caminho da revolução operária e camponesa*. Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1934.
- MAGALHÃES, Agamenon. *O Estado e a realidade contemporânea*. Recife, Diário da Manhã, 1933.

- MARQUES, Heliodoro Tenório da Rocha & OLIVEIRA, Odilon Aquino de. *S. Paulo contra a ditadura: da invasão revolucionária de 30 à queda do governo Valdomiro e do Dr. Armando Sales para a interventoria paulista*. São Paulo, Ismael Nogueira, 1933.
- MARTINS, Dormund. *Que somos? observações psicopolíticas do ambiente atual do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932.
- MELO, Olbiano de. *Levanta-te Brasil*. Rio de Janeiro, Terra do Sol, 1932.
- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. *A Revolução de 30 e as finalidades políticas do exército: esboço histórico*. Pref. de José Américo de Almeida. Rio de Janeiro, Adersen, 1934.
- MOREIRA, Rangel. *Em face da revolução*. São Paulo, S.C.P., 1930.
- MOURA, A. Lourival de. *As forças armadas e o destino histórico do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1937.
- MUCELLI, Menotti. *A revolução em Belo Horizonte: episódios do movimento libertador de 3 de out*. Belo Horizonte, Americana, 1930.
- OLIVEIRA, Xavier de. *O exército e o sertão*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Filho, 1932.
- PALHA, Américo. *A ilusão brasileira*. Pref. de J. E. Macedo Soares. Rio de Janeiro, Adersen, 1933.
- PATI, Francisco. *Revolução e democracia: o problema constitucional e o problema político*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1931.
- PAVÃO, Ary. *Artur Bernardes e o Brasil*. Rio de Janeiro, Moderna, 1931.
- PESSOA, Epiácio. *A Revolução de Outubro de 1930 e a República Nova*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1965, [1930].
- PICCHIA, Paulo Menotti del. *Soluções Nacionais*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.
- QUEIRÓS, Antero de. *Um chefe: subsídios para a história do Brasil no período de 1930-37*. Rio de Janeiro, s. ed., 1937.
- RODRIGUES, Félix Contreiras. *Novos rumos políticos e sociais*. Porto Alegre, Globo, 1933.
- SANTA ROSA, Virgínio. *A desordem: ensaio de interpretação do momento*. Rio de Janeiro, Schmidt, 1932.
- SERVA, Mário Pinto. *Renascença Nacional*. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1930.
- _____. *Socialismo e comunismo*. São Paulo, Brasileira, 1931.
- SIMONSEN, Roberto. *As crises no Brasil*. São Paulo, São Paulo Editora Limitada, 1930.
- SOARES, Alaor Prata. *Cartas... Anônimas: ao tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, s. ed., 1935.
- SODRÉ, Alcindo. *A gênese da desordem*. Rio de Janeiro, Schmidt, s.d.
- SOUZA FILHO, Rozendo de. *Evolucionistas e revolucionários: aspectos e problemas atuais da política brasileira*. Rio de Janeiro, Mundo Médico/Borsoi & Cia. 1931.
- TINOCO, Godofredo Nascentes. *Tempo bom... no setor leste*. Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos, 1931.
- VALE, J. Rodrigues. *Reorganização Nacional*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1933.
- VAMPRÉ, Leven. *São Paulo, terra conquistada*. São Paulo, Scuvero, 1932.
- VIANA, Francisco José de Oliveira. *Problemas de política objetiva*. São Paulo, Nacional, 1930.
- VIDAL, Adhemar. *1930: História da revolução na Paraíba*. São Paulo, Nacional, 1933.

APENDICE

1930: A PERMANÊNCIA DO DEBATE

A resenha bibliográfica apresentada no BIB n.º 4 tomou os textos da época para apresentar a Revolução de 30 tal como foi vista por seus contemporâneos.

Queremos agora mencionar artigos e livros editados mais recentemente e que voltam ao tema em uma perspectiva mais analítica ou, pelo menos, descrevendo o evento histórico a partir de uma distância de tempo maior. Escolhemos como marco para esta resenha bibliográfica a publicação da obra de Boris Fausto *A Revolução de 1930*; historiografia e história. Este livro publicado em 1970 definiu uma perspectiva na retomada da análise sobre a Revolução e influenciou a maioria dos trabalhos publicados posteriormente.

É preciso lembrar que 1980 foi o ano do cinquentenário da Revolução de 30 e que muitas das obras então publicadas guardam relação com as instituições que promoveram as pesquisas colocadas ao alcance do público. Basta notar que três delas — *Regionalismo e centralização política, A Revolução de 1930 e seus antecedentes* e *Elite intelectual e debate político* — foram desenvolvidas enquanto projetos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Outra publicação — *Revolução de 30: partidos e imprensa operária do RS* — também resultou do trabalho de professores e pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como instituições de pesquisa e documentação, tais centros se ocupam da guarda e recuperação de arquivos e documentos da história contemporânea do Brasil, em particular das figuras que se destacaram nos anos 30, sendo, portanto, um passo natural que seu esforço de produção e análise viesse a público no momento em que se comemoraram os 50 anos da Revolução.

De fato, as comemorações dos 50 anos da Revolução começaram em 1978. Nesse ano vários eventos marcaram o centenário de nascimento de João Pessoa, realizando-se na Pa-

raíba seminários e mesas-redondas sobre este personagem político e sobre a revolução. A este marco seguiu-se, em 1980, o 6.º Seminário de Estudos Mineiros realizado de 26 a 28 de agosto; o Seminário sobre a Revolução de 30 promovido pelo CPDOC entre 22 e 25 de setembro, no Rio de Janeiro; o I Simpósio de História Ibero-americana, promovido pela PUC do Rio Grande do Sul entre 29 de setembro e 3 de outubro; o Simpósio sobre a Revolução de 1930, organizado pela UFRGS de 3 a 10 de outubro. Complementa esta série o ciclo de conferências, depoimentos e debates promovido pela Câmara de Deputados entre os dias 29 e 31 de outubro. Outros encontros poderão ser acrescentados a esta lista, mas já se pode ter uma idéia do quanto as instituições e a comunidade acadêmica estiveram envolvidas nesta reavaliação de 30.

A discussão em torno do caráter revolucionário ou não do movimento de 30 permaneceu como uma das tônicas do debate ocorrido em 80. Entretanto, parece que o tempo propiciou uma reflexão mais detalhada sobre o processo histórico brasileiro, permitindo a recuperação de temas que ainda, hoje estão colocados na ordem do dia. Um ponto parece ter obtido o consenso da maioria dos estudiosos que participaram do debate: o de ter 30 representado a procura de um novo equilíbrio das classes dominantes regionais em consequência da quebra da coesão das antigas oligarquias e do remanejamento dos quadros políticos da Primeira República. Outro ponto comum foi representado pelo esforço em analisar os diferentes momentos do período que se segue à Revolução. O período entre 1930 e 1937 não foi percebido como um bloco unitário, monolítico, da história do Brasil, mas sim como um período de experimentação de novas formas de organização nacional em que se acentuou o conflito entre o poder dos Estados e o poder central, ou seja, entre o regionalismo e a centralização.

Sob este ponto de vista é que quero ressaltar o livro *Regionalismo e centralização política* por suas contribuições ao estudo do conflito entre os poderes estaduais e central. O livro enfoca o debate e o impacto do movimento de constitucionalização entre 1932 e 1934 tomando como referência os Estados do RS, MG, SP e PE e apresenta uma última monografia abordando a representação classista na Constituinte. Uma das questões presentes por ocasião da Constituinte refere-se ao estabelecimento dos limites de intervenção do Estado, ao grau e ao tipo de interferência desejável.

Cada uma das monografias presentes no *Regionalismo e centralização política* guarda relação com outros estudos ante-

riores, muitos deles desenvolvidos por "brasilianistas". O estudo sobre o Rio Grande do Sul foi precedido pelo excelente trabalho de Joseph Love (*O regionalismo gaúcho*, Perspectiva, 1975) e é complementado pela publicação do texto organizado por Héliqio Trindade sobre partidos e imprensa partidária no RS. O mesmo se pode dizer da monografia sobre Pernambuco, precedido pelo estudo de Robert Levine (*A velha usina*, Paz e Terra, 1980) e a monografia sobre Minas com o texto de John Wirth (*O fiel da balança*, Paz e Terra, 1982). Cremos que a percepção da importância das clivagens regionais marca todos os estudiosos do período, seja eles pesquisadores americanos ou tupiniquins.

Tendo em vista as dimensões do Brasil e sua história político-econômica, as regiões não podem ser vistas como um aspecto da história passada. O regionalismo, para ficar apenas neste século, esteve presente na política da República Velha e não foi destruído nem mesmo pela política centralizadora do Estado Novo, já que ressurgiu no período de redemocratização com o processo de federalização dos partidos políticos no pós-45. O regionalismo, variável significativa da deflagração do movimento de 30 se faz presente quando analisamos a bibliografia recente sobre o tema.

A Constituinte de 1934 colocou na ordem do dia inúmeros temas pertinentes à construção do Estado Nacional e à vida política da sociedade brasileira. O aumento do contingente eleitoral, a questão do voto dos analfabetos, a manutenção das Forças Públicas estaduais, o papel de pressão da Igreja Católica através da Liga Eleitoral Católica, o papel do Exército, foram alguns dos tópicos de conflito no debate da Constituinte. A permanência destas questões no momento de novo pacto constitucional nos faz pensar que alguns dos impasses vitais para a sociedade brasileira presentes em 30 ainda não foram resolvidos. O rumo incerto e as oscilações da atual vida política nos revelam como ainda estamos próximos dos efeitos deste movimento e que somos afetados por seus desdobramentos.

A volta ao passado tem sempre embutida uma questão do presente. A pauta do debate de hoje inclui questões sobre a representação, a democracia, a relação entre o desenvolvimento econômico e o político e a problemática incorporação das massas à democracia liberal — ou seja, as mesmas questões que orientaram o debate do pacto fundamental de 1934, de tão curta duração.

Creio que apenas uma das variáveis do debate se alterou. Se, em 30, era indiscutível a necessidade de centralização do poder nas mãos do Estado para que através dele se transformasse a economia e a sociedade, a questão hoje é como a sociedade pode vir a controlar este Estado já construído e plenamente implantado na vida brasileira.

Sendo a bibliografia recente sobre a Revolução e a década de 30 bastante extensa, julgamos que ela pode ser acompanhada pela consulta a algumas obras coletivas. *A Revolução de 30: seminário internacional* reúne os trabalhos apresentados em 1980 organizados em torno de sete mesas-redondas, a saber: Elites políticas e regionalismo; A política das Forças Armadas; Classes populares, política social e sindicalismo; Educação e cultura; Intelectuais e ideologia; Relações internacionais e política externa; e Estado, estrutura de poder e processo político. O outro texto coletivo é *Simpósio sobre a Revolução de 1930* que reúne conferências, depoimentos e trabalhos apresentados em painéis no simpósio organizado pela UFRGS. Estes dois livros apresentam, por assim dizer, o "estado da arte" em 1980.

Outra obra coletiva foi organizada por Boris Fausto, é o tomo III de *O Brasil republicano. Sociedade e Política (1930-1964)* da famosa coleção *História Geral da Civilização Brasileira*. Deste livro não constam análises sobre a Revolução e sim das conseqüências e desdobramentos da Revolução de 30 para a vida brasileira. Entre as obras coletivas cabe mencionar ainda o livro *Os militares e a Revolução de 30* que cobre especificamente o tema dos militares.

A bibliografia que se segue é seletiva e procura apresentar o que de mais relevante foi publicado sobre a Revolução e a década de 30 a partir de 1970.

Bibliografia

a) obras coletivas:

FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo, Difel, 1981.

LIMA, Eurico de (coord.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

A Revolução de 30: seminário internacional. Brasília, UnB, 1983.

Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre, ERUS, 1983.

b) reedições:

- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975 (1.^a ed.: 1933).
MELO FRANCO, Virgílio. *Outubro de 1930*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980 (1.^a ed.: 1931).
SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976 (1.^a ed.: 1932).
VIDAL, Ademar. *João Pessoa e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Graal, 1978 (1.^a ed.: 1933).

c) A Revolução e a década de 30:

- ANDRADE, Manuel Correia de. *1930, a atualidade da Revolução*. São Paulo, Moderna, 1980.
ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *O batismo do trabalho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
DECCA, Edgar S. de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930; história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
———. *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*. São Paulo, CEBRAP, 1972.
———. "A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930" em *O Brasil Republicano; sociedade e instituições (1884-1930)*. São Paulo, Difel, 1973.
GOMES, Angela M. de Castro *et alii*. *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
LEVINE, Roberto M. *O regime de Vargas (1934-1938)*; Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980 (edição americana de 1970).
MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
MURAKAMI, Ana Maria Brandão *et alii*. *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980 (álbum de fotografias).
OLIVEIRA, Lúcia Lippi *et alii*. *Elite intelectual e debate político*. Rio de Janeiro, FGV/INL, 1980 (bibliografia comentada).
RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, 1980.
TRINDADE, Hélió *et alii*. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM, 1980.

d) Revolução de 30 e o Nordeste:

- JOÃO PESSOA, *a Paraíba e a Revolução de 30*. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura, 1979.
JOFFILY, José. *Revolta e revolução*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
PANDOLFI, Dulce. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1984.

e) Os anos 30 e o Rio Grande do Sul:

- DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

TRINDADE, Hégio. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Sulina, 1980.

f) Militares:

CARVALHO, José Murilo de. "Armed forces and politics in Brazil, 1930-45" *The Hispanic American Historical Review*, 62 (2), 1982.

CONNIFF, Michael. "The tenentes in power; a new perspective on the brazilian revolution of 1930". *Journal of Latin American Studies*, 10 (1) may, 1978.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Polis, 1978.

g) biografias e memórias:

BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walder de. *Meio século de combate; diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo & FLASKMAN, Sérgio. *O Nordeste e a política; diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

DULLES, John W. Foster. *Getúlio Vargas; biografia política*. Rio de Janeiro, Renes, 1974.

LIMA, Valentina Rocha (coord.) *Vargas; uma história oral*. Rio de Janeiro, 1986.

MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias; depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.